RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES

2017

IGEPE

INSTITUTO DE GESTÃO DAS PARTICIPAÇÕES DO ESTADO
STATE SHARES MANAGEMENT AGENCY

Rua de Mukumbura nº 363, Maputo, Moçambique
Tel: +258 21 485 640; +258 21 485 643
Email: inf@igepe.org.mz; www.igepe.org.mz

IGEPE

INSTITUTO DE GESTÃO DAS PARTICIPAÇÕES DO ESTADO
STATE SHARES MANAGEMENT AGENCY

RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES

2017

FICHA TÉCNICA

IGEPE
INSTITUTO DE GESTÃO DAS PARTICIPAÇÕES DO ESTADO
STATE SHARES MANAGEMENT AGENCY

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO IGEPE

Ana Isabel Senda Coanai
Presidente do Conselho de Administração

Raimundo Jorge Matule
Administrador do Pelouro de Controlo de Participações

Mário Xavier Estêvão
Administrador do Pelouro de Administração e Finanças

EQUIPA DE COORDENAÇÃO TÉCNICA

Jacinto Uqueio
Direcção de Controlo das Participações

Cristina Matavele
Direcção de Investimentos

Madalena Atanásio
Direcção de Governação Corporativa

Ana Tembe
Direcção de Administração e Finanças

Abílio Inguane
Direcção de Desenvolvimento Investimento

Samuel Massinga
Gabinete Jurídico

EDIÇÃO

EDIÇÃO CRIATIVA

REVISÃO

Paiva Munguambe
Assessor do Conselho de Administração do IGEPE

RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES

2017

IGEPE

INSTITUTO DE GESTÃO DAS PARTICIPAÇÕES DO ESTADO
STATE SHARES MANAGEMENT AGENCY

ÍNDICE

ÍNDICE i
LISTA DE TABELAS i
LISTA DE ABREVIATURAS ii
APROVAÇÃO DO RELATÓRIO iv
1. INTRODUÇÃO 1
2. MISSÃO, VISÃO, OBJECTIVO GERAL, VALORES E ÓRGÃOS SOCIAIS 2
2.1. Missão 2
2.2. Visão 2
2.3. Objectivo Geral 2
2.4. Valores 2
2.5. Órgãos Sociais 3
3. PRIORIDADES DO IGEPE 4
3.1. Reestruturação do sector empresarial do Estado 4
3.2. Revisão do quadro legal do sector empresarial do Estado 4
3.3. Consolidação dos mecanismos de supervisão e controlo das empresas e redução do risco fiscal 5
3.4. Aumento das receitas de capital 6
4. BALANÇO DAS ACTIVIDADES REALIZADAS 7
4.1. No Âmbito do Controlo de Participações 7
4.2. No Âmbito da Governação Corporativa 15
4.3. No Âmbito de Investimentos 18
4.4. No Âmbito da Administração e Finanças 20
4.5. No Âmbito do Património 23
4.6. No Âmbito dos Recursos Humanos 24
4.7. No Âmbito da Planificação e Desenvolvimento Institucional 25
4.8. No Âmbito da Assessoria Jurídica 29
4.9. No Âmbito das Aquisições 40
5. PERSPECTIVAS PARA O ANO DE 2018 41

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Motivos da dissolução administrativa de 35 empresas 13

LISTA DE ABREVIATURAS

ACCA	Association of Chartered Certified Accoutants
AGO	Assembleia-Geral
BIM	Banco Internacional de Moçambique
BNI	Banco Nacional de Investimento
CA	Conselho de Administração
CAIC	Complexo Agro Industrial do Chókwè
CANAM	Companhia Algodoeira de Nampula
CDM	Cervejas de Moçambique
CELMOQUE	Fábrica de Condutores Eléctricos de Moçambique
CFA	Chartered Financial Analyst
CFMP	Cenário Fiscal do Médio Prazo
CIM	Companhia Industrial da Matola
CMG	Companhia Moçambicana de Gasoduto
CMH	Empresa Nacional de Hidrocarbonetos
DAF	Direcção de Administração e Finanças
DOMUS	Sociedade Anónima de Gestão Imobiliária
EE	Empresa Estatal
EMATUM	Empresa Moçambicana de Atum
EMEM	Empresa Moçambicana de Exploração Mineira
EMOPESCA	Empresa Moçambicana de Pescas
EMOSE	Empresa Moçambicana de Seguros
ENIEL	Empresa Nacional de Instalações
GCCC	Gabinete Central de Combate à Corrupção
GJ	Gabinete Jurídico
GTT's	Gestores, Técnicos e Trabalhadores
IGEPE	Instituto de Gestão das Participações do Estado
IGF	Inspeção-Geral das Finanças
IIAM	Instituto de Investigação Agrária de Moçambique
IMA	Indústria Moçambicana de Aço
LAM	Linhas Aéreas de Moçambique
LSEE	Lei do Sector Empresarial do Estado
MCEL	Moçambique Celular
MEDIMOC	Empresa de Importação e Exportação de Medicamentos
MEF	Ministério da Economia e Finanças

MEXTUR	Moçambique Expresso Turismo e Viagens
MOBEIRA	Moagem da Beira
MOCAJÚ	Cajú de Moçambique
MOGÁS	Sociedade Moçambicana de Gases Comprimidos
MOZAL	Aluminium Smelter in Mozambique
MOZRE	Moçambique Resseguros
MT	Meticais
NAMI	Nampula Metalo Mecânica e Investimentos
OFAs	Operações Financeiras Activas
PAO	Plano de Actividades e Orçamento
PETROMOC	Empresa Nacional Petróleos de Moçambique
SARL	Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada
AS	Sociedade Anónima
SAMO	Sociedade Algodoeira de Monapo
SAMOFOR	Sociedade Argelino-Moçambicana de Florestas
SEE	Sector Empresarial do Estado
SEMOC	Sementes de Moçambique
SISTAFE	Sistema de Administração Financeira do Estado
SMM	Sociedade Moçambicana de Medicamentos
SPV's	Special Purpose Vehicle
STEMA	Silos e Terminal Graneleiro da Matola
TA	Tribunal Administrativo
TDM	Telecomunicações de Moçambique
TTA	Transportes e Trabalhos Aéreos
UFSA	Unidade Funcional de Supervisão das Aquisições

APROVAÇÃO DO RELATÓRIO

É com grande satisfação que, em nome do Conselho de Administração do Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE), comunico a aprovação do Relatório Anual de Actividades referente ao período de Janeiro a Dezembro de 2017.

O relatório apresenta uma análise abrangente e detalhada do desempenho do IGEPE durante o ano de 2017, um período marcado por desafios significativos e importantes conquistas. Testemunhamos o início de uma recuperação económica após um período de recessão, influenciada por uma série de factores complexos, incluindo a recessão económica global, instabilidade política e militar, desequilíbrios cambiais e outros desafios.

Destacamos especialmente o notável sucesso na arrecadação de receitas, que ultrapassou significativamente as previsões estabelecidas, atingindo um nível de realização de 203%. Além disso, realizamos um trabalho de reestruturação empresarial abrangente, focado na revitalização de 12 empresas, demonstrando o nosso compromisso em promover a viabilidade e sustentabilidade do sector empresarial do Estado (SEE).

É importante ressaltar também os avanços significativos no âmbito da revisão do quadro legal, incluindo a apreciação da proposta da Lei do SEE pelo Conselho de Ministros. Além disso, foram implementadas melhorias nos sistemas informáticos da instituição, fortalecendo a nossa capacidade de gestão e protecção de dados.

Para o ano de 2018, estabelecemos metas ambiciosas que reflectem o nosso compromisso contínuo com a excelência e o progresso. Entre essas metas, destacamos o aumento das receitas de capital, a consolidação do processo de reestruturação do SEE e o reforço das medidas de supervisão e controlo das empresas participadas pelo Estado.

Acreditamos firmemente que, com dedicação e trabalho árduo, alcançaremos os nossos objectivos e continuaremos a contribuir para o desenvolvimento económico e social da nossa nação.

Agradecemos a todos os colaboradores do IGEPE pelo seu compromisso e dedicação contínuos e esperamos continuar a contar com seu apoio e colaboração no futuro.

Maputo, aos 22 de Fevereiro de 2018

Ana Isabel Senda Coanai
Presidente do Conselho de Administração do IGEPE

IGEPE

I. INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta os resultados do balanço da execução do Plano Anual de Actividades do Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE) durante o período de Janeiro a Dezembro de 2017.

No decorrer do ano de 2017, testemunhamos o início de uma recuperação económica após dois anos de recessão. Essa fase foi influenciada por diversos factores, tais como a recessão económica mundial, a inflação acentuada, a queda nos preços das commodities, um cenário político-militar desfavorável ao nível nacional, períodos de estiagem e desequilíbrios cambiais que resultaram na perda de competitividade do Metical em relação às principais divisas internacionais. As tendências positivas observadas no cenário mundial e a estabilização macroeconómica interna indicaram o início de um crescimento económico, embora de forma moderada.

No período em análise, a receita arrecadada totalizou 1.124 milhões de Meticais, o que representa um nível de realização de 203% em comparação com a previsão estabelecida para o exercício de 2017, estimada em 554,6 milhões de Meticais. Foi conduzido um trabalho intensivo de reestruturação empresarial, abrangendo 12 empresas, para as quais foram elaboradas propostas concretas para a sua revitalização.

No contexto da revisão do quadro legal, é relevante destacar a apreciação da proposta da Lei do Sector Empresarial do Estado pelo Conselho de Ministros, já submetida à Assembleia da República para aprovação.

Adicionalmente, foram realizadas melhorias nos sistemas informáticos do IGEPE, que incluíram a reestruturação da rede, o reforço e a actualização dos sistemas de protecção.

2. MISSÃO, VISÃO, OBJECTIVO GERAL, VALORES E ÓRGÃOS SOCIAIS

2.1. Missão

Gerir o Sector Empresarial do Estado e as respectivas participações financeiras e sociais, no contexto dos princípios de boa governação corporativa, e catalisar novas iniciativas de investimento público e privado.

2.2. Visão

Ser referência na gestão do Sector Empresarial do Estado, no quadro do desenvolvimento do país.

2.3. Objectivo Geral

Reforçar a capacidade de gestão das empresas do Sector Empresarial do Estado, visando a prestação de contas e a captação de receitas para o tesouro público.

2.4. Valores

a) **Liderança** na gestão do sector empresarial do Estado e das suas participações sociais e financeiras;

b) **Transparência** na gestão da coisa pública;

c) **Empenho** no cumprimento da missão e das metas estabelecidas nos planos e programas de trabalho;

d) **Responsabilidade** na gestão das participações do Estado;

e) **Colaboração** para criação de sinergias e parcerias;

f) **Inovação** na gestão e boas práticas de governação corporativa; e

g) **Responsabilidade Corporativa** com os colaboradores, parceiros e partes interessadas.

2.5 Órgãos Sociais

Os Órgãos Sociais do IGEPE são constituídos pelo Conselho Consultivo, Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ana Isabel Senda Coanai
Presidente

Mario Xavier Estêvão
Administrador do Pelourode Administração e Finanças

Raimundo Jorge Matule
Administrador do Pelouro de Controlo das Participações

Albertina Furquia Fumane
Administradora não Executiva

Danilo Nalá
Administradora não Executiva

CONSELHO FISCAL

Fernanda Matsinha
Presidente

Ilídio Guibalo
Vogal

Isabel Sumar
Vogal

3. PRIORIDADES DO IGEPE

Com o intuito de doptar o IGEPE de uma orientação estratégica que fortaleça o cumprimento da sua missão, foram estabelecidas quatro prioridades que fundamentam todas as iniciativas da instituição, a saber: reestruturação do sector empresarial do Estado; revisão do quadro legal do sector empresarial do Estado; consolidação dos mecanismos de supervisão e controlo das empresas e reduzir o risco Fiscal; e aumento das receitas de capital.

3.1. Reestruturação do Sector Empresarial do Estado

A visão para o sector empresarial do Estado (SEE) ganhou forma com a directriz de que o IGEPE deveria envolver se activamente na reestruturação das empresas públicas, alinhando-se com os esforços já em curso nas empresas participadas. O objectivo é injectar uma nova dinâmica no sector, promovendo o seu desenvolvimento e justificando a presença do Estado em sectores estratégicos da economia.

Nesse contexto, foram realizados estudos de avaliação de activos, diagnósticos da situação financeira e operacional das empresas, nomeações de corpos directivos para a gestão, elaboração de propostas para a reestruturação financeira (incluindo o tratamento de dívidas directas e indirectas das empresas), busca por parceiros estratégicos, capacitação dos titulares dos órgãos sociais e promoção da internalização e aplicação dos princípios de governação corporativa.

Ao longo desse processo, 45 empresas foram envolvidas, das quais 12 estão, actualmente, passando por um processo de reestruturação efectiva. Entre essas empresas, destacam-se a TDM, SA, MCEL, SA, LAM, SA, PETROMOC, SA, MEDIMOC, SA, STEMA, SA, Sociedade Notícias, SA, EMATUM, SA, Hotel Cardoso, SA, MOGAS, SA, SEMOC, SA e CAIC, SA.

3.2. Revisão do Quadro Legal do Sector Empresarial do Estado

Com o objectivo de harmonizar e agilizar os processos em curso, criando um ambiente favorável ao desenvolvimento do SEE, aprimorando o quadro regulador das empresas e fomentando uma maior transparência e responsabilidade dos gestores públicos. Portanto, durante o ano foi dedicada uma atenção e esforços à revisão da legislação que governa o SEE.

Nesse contexto, foi elaborada e obtida a apreciação positiva da Lei do Sector Empresarial do Estado pelo Conselho de Ministros, com a proposta já encaminhada à Assembleia da República para aprovação. Paralelo e internamente, foi desenvolvida antecipadamente, o regulamento desta lei, incluindo a elaboração dos mecanismos para a implementação de outros instrumentos de aplicação da lei, nomeadamente: o Estatuto do Gestor Público; o Estatuto Orgânico da futura entidade de gestão e controlo do SEE; a Proposta de Contrato de Mandato (Contrato de Gestão) entre a entidade que gere e controla e os Gestores Públicos.

3.3. Consolidação dos Mecanismos de Supervisão e Controlo das Empresas e Redução do Risco Fiscal

A redução do risco fiscal figura como uma das prioridades fundamentais do Ministério da Economia e Finanças (MEF), dada a sua relevância na promoção da sustentabilidade das actividades económicas e na manutenção da estabilidade macroeconómica do país.

O IGEPE abraçou essa directriz e está colaborando com as empresas nos seguintes aspectos: elaboração de contratos de gestão a ser celebrados entre o IGEPE e os Gestores Públicos; elaboração e implementação da matriz de desempenho para a avaliação dos Gestores Públicos; aprimoramento da orgânica institucional para enfrentar os desafios de uma gestão eficaz do SEE; avaliação da carteira de participações; reestruturação da dívida directa das empresas participadas; reestruturação das dívidas indirectas das empresas participadas pelas participadas; controlo do endividamento interno e externo das empresas; e apoio na busca de mecanismos para a redução do peso do serviço da dívida das empresas.

3.4. Aumento das Receitas de Capital

Durante o ano de 2017, as receitas do IGEPE registaram um aumento considerável, impulsionado pelo efectivo aumento dos dividendos de algumas empresas e pelo cumprimento de obrigações por parte de outras que, por diversas razões, não haviam honrado os seus compromissos com os accionistas em anos anteriores. De maneira geral, no período de 2015 a 2017, as receitas registaram um crescimento de cerca de 204%, passando de 360,92 milhões de Meticais para 1.221,31 milhões Meticais, respectivamente.

Embora tenha ocorrido uma redução de 10% no período de 2015 a 2016, observou-se um aumento de 238% de 2016 a 2017, impulsionado pelos seguintes factores: a MOZAL canalizou em 2017, os dividendos de dois exercícios (2015 e 2016); a EMOSE não canalizou os dividendos em 2016 tendo-o feito apenas em 2017; a CMH canalizou os dividendos referentes aos exercícios económicos de 2006 e 2007, que aguardavam aprovação dos financiadores do projecto; a CMG procedeu a devolução de suprimentos; e houve um crescimento real dos dividendos das empresas DOMUS, CMH, STEMA, BIM e Açucareira de Xinavane.

4. BALANÇO DAS ACTIVIDADES REALIZADAS

4.1. No Âmbito do Controlo de Participações

Em 2017, o ano começou com 99 empresas e uma fundação na carteira de participações do Estado, em comparação com as 110 empresas do ano anterior, 2016. Ao longo do ano, 37 empresas foram retiradas da carteira, resultando numa composição final de 62 empresas e uma fundação. Essas entidades foram agrupadas em três categorias: 43 Empresas potencialmente rentáveis; cinco empresas designadas para alienação aos Gestores, Técnicos e Trabalhadores (GTT's); e 14 empresas destinadas à alienação ao sector privado.

4.1.1. Actividades Planificadas

Para 2017, foram planificadas as seguintes actividades: garantir o aumento de receitas de capital; reestruturar as empresas com vista a sua viabilização e sustentabilidade; consolidar o acompanhamento das empresas participadas; estimular parcerias entre as empresas do sector empresarial do Estado; controlar as participações sociais indirectas do Estado; realizar o saneamento da carteira de participações do Estado; e recuperar o crédito resultante da alienação de participações ou património.

4.1.2. Actividades Realizadas

a) Aumento das receitas de capital

Para o exercício de 2017, a previsão de arrecadação era de 552.427.115,87MT em receitas provenientes de dividendos e alienações das participações e património do Estado. No entanto, foram efectivamente arrecadados 1.199.104.647,92MT, dos quais 616.273.144,46MT correspondem ao exercício de 2016, e o remanescente 582.831.503,46MT, ao exercício de 2015. A receita arrecadada referente a 2016 representa um aumento de 11,56% em relação à previsão de receita para o exercício de 2017 (552.427.115,87MT).

No total, as receitas de capital arrecadadas superaram a previsão para o ano em 117,06%, representando uma realização de 100% em relação à receita declarada. Além das receitas de capital, o IGEPE obteve 22.205.617,53MT provenientes de receitas de juros de depósitos e outras fontes. Destaca-se também a devolução do adiantamento

feito à CMG no montante de 14.301.000,00MT, globalizando uma receita total de 1.221.310.265,45MT. Desse montante, 68,18% (832.714.543,89MT) corresponde à receita do Estado, enquanto os restantes 31,82% (388.635.721,56MT) correspondem à receita do IGEPE.

O elevado nível de arrecadação é atribuído ao desembolso de dividendos pela MOZAL, CMH e EMOSE, relativos a exercícios anteriores a 2016, os quais não estavam previstos na receita do IGEPE para 2017. Inicialmente, a MOZAL havia anunciado que não distribuiria dividendos referentes ao exercício de 2015, mas posteriormente essa decisão foi revista junto aos accionistas. Por sua vez, a CMH estava condicionada à aprovação dos financiadores do projecto para efectuar o pagamento dos dividendos de 2006 e 2007, enquanto a seguradora EMOSE aguardava a aprovação do Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique. Destaca-se ainda a devolução de 14.301.000,00MT, montante adiantado pelo Accionista Estado à CMG a título de suprimentos.

b) Reestruturação das Empresas Empresas Participadas

(i) TDM e MCEL: foi proposta a constituição de um Conselho de Administração único e executivo, composto por três membros, para liderar o processo de fusão das duas empresas. Um diagnóstico preliminar da situação actual das operações das duas empresas foi realizado, identificando os principais riscos do negócio e das operações. Foram estabelecidas acções imediatas, incluindo: garantir a operacionalidade da rede e aprimorar a relação com os clientes; acelerar o processo de tomada de decisões alinhado com as prioridades das empresas; revisão dos planos de negócios; revisão dos contratos em vigor; analisar a carteira de credores e devedores; determinar o custo de redimensionamento de pessoal; contratar uma entidade fiscal única; e avaliar o património das empresas.

(ii) LAM: em curso a identificação de parceiro estratégico com financiamento para a viabilização da empresa.

(iii) PETROMOC: iniciou-se a implementação do Decreto n.º 45/2012, de 28 de Dezembro, que regula o sistema de fixação de preços de combustíveis em Moçambique, contribuindo para o saneamento financeiro da empresa; e realizou-se a reestruturação da dívida bancária, transformando-a de curto para longo prazo, o que resultou na redução do serviço da dívida e na

melhoria da tesouraria. Actualmente, estão em curso a identificação de financiamento a taxas de juro bonificadas para viabilizar as importações de combustíveis e melhorar as receitas da empresa; e a revisão do mecanismo de importação de combustíveis visando optimizar as infraestruturas de armazenamento e aumentar a quota de importação.

(iv) Sociedade do Notícias: reestruturada a empresa através das seguintes medidas: nomeação de um Conselho de Administração Executivo constituído por três membros; elaborado o plano de negócios, aguardando-se pela sua aprovação; aprovação do aumento de capital da sociedade; e cedência das participações do Banco de Moçambique para o IGEPE, passando a deter 99,77%.

(v) Carteira Móvel: feito um trabalho de diagnóstico para a identificação de possíveis soluções para a viabilização da empresa.

(vi) SEMOC, MOGÁS e CIM: iniciada a avaliação da participação do Estado para apurar o valor de mercado, com vista à sua alienação.

(vii) Hotel Cardoso: feita a avaliação da participação pela consultora Ernst &Young como parte do processo negocial entre os accionistas. Acordado a venda da participação de 25,76% na sociedade pelo preço de no mínimo 1.790,00 mil dólares norte americanos. Em curso o processo administrativo e legal para a efectivação da venda. De realçar que foi aprovada em sede da Assembleia-Geral ordinária a transmissibilidade dos títulos, o que dá espaço à venda dos mesmos a qualquer interessado, mesmo que não seja accionista.

(viii) MEDIMOC: reestruturada a empresa com vista a sua viabilização envolvendo o saneamento financeiro, a racionalização da mão-de-obra, e a reforma do modelo de governação e de gestão.

(ix) CAIC: concebido o plano de revitalização do complexo através da busca de um parceiro com capacidade financeira e tecnológica para a celebração do contrato de cessão de exploração. Elaborados os termos de referência para a referida cessão.

c) Consolidação do Controlo das Empresas Participadas

Monitoria da execução dos planos de negócio e orçamentos das empresas, em particular os custos operacionais

No âmbito desta iniciativa, foram analisados 15 planos de actividades e orçamentos, divididos da seguinte forma: nove referentes ao exercício económico de 2017 (aprovados no início do ano actual) das seguintes empresas: EMEM, DOMUS, Monte Binga, SMM, STEMA, Moçambique Previdente, EMOSE, MEXTUR e Companhia de Sena; e cinco referentes ao exercício económico de 2018, das empresas: EMEM, DOMUS, SMM, SOCIEDADE NOTICIAS e LAM.

Todos os planos de actividades e orçamentos foram aprovados, excepto da EMOSE, que não obteve aprovação dos accionistas.

Como medida para garantir que todas as empresas com participação maioritária tenham planos de negócios e de actividades e orçamento, foram agendadas Assembleias-Gerais extraordinárias. O objectivo era estabelecer a obrigatoriedade dessas empresas submeterem esses instrumentos de gestão à aprovação dos accionistas antes do início de cada exercício económico.

Análise dos Relatórios e Contas

Durante o período, foram analisados 42 Relatórios e Contas, resultando na sua aprovação nas respectivas Assembleias Gerais ordinárias. Os relatórios aprovados foram das seguintes empresas: Coca-Cola, CAIC, CMG, BIM, BNI, MOZRE, EMEM, Cimentos de Moçambique, DOMUS, NORSAD, Monte Binga, Companhia Industrial da Matola, SMM, STEMA, Cervejas de Moçambique, EMOSE, Moçambique Previdente, DALO, MCEL, Açucareira de Moçambique, Açucareira de Xinavane, MEXTUR, EMOPESCA, TRANSMARITIMA, Sociedade Noticias, PETROMOC, LAM, Hotel Cardoso, Companhia de Sena, MARMONTE, AUTOVISA, Carteira Movel, GAPI, MEDIMOC, CELMOQUE, HIDRO-AFRICA, TDM, CMH, AUTO GAS e MOZAL.

Neste contexto, foi realizada uma análise do nível de endividamento das empresas participadas, revelando que 11 delas possuem dívidas com instituições financeiras, totalizando aproximadamente 28 mil milhões de Meticais, sendo 80% no mercado doméstico e o restante no externo.

Um trabalho semelhante foi conduzido nas participações indirectas de 18 empresas, em grande parte detidas pelo Estado. Constatou-se que quatro dessas participadas possuem dívidas que totalizam cerca de 4,3 mil milhões de Meticais.

Como resultado dessas análises, foi abordada a questão da preocupação com a sustentabilidade dos níveis de endividamento dessas empresas durante as Assembleias Gerais ordinárias.

Visitas às Empresas

No contexto da estratégia para o eficaz controlo e monitoramento das participações do Estado, foram realizadas 47 visitas a 24 empresas, das 40 planificadas para o ano, incluindo: EMOPESCA (duas), LAM (duas), MOGAS, TDM, EMEM (três), Auto Gás (três), Carteira Móvel (duas), EMOSE (três), STEMA (duas), MEXTUR (duas), CAIC, Hotel Cardoso, Sociedade Notícias (duas), MCEL (duas), MEDIMOC (três), PETROMOC (três), DOMUS (duas), CMG (duas), CMH, SMM (duas), BNI (dois), GAPI (duas), TRANSMARÍTIMA (duas) e Moçambique Previdente. Isso representa um grau de execução de 17,5% acima do planificado, demonstrando a necessidade de monitoramento permanente devido a processos em curso que requerem uma atenção constante.

d) Saneamento da Carteira de Participações do Estado

Alienações

No ano de 2017, foram planificadas 12 alienações de participações sociais, sendo sete destinadas ao sector privado e cinco aos GTT□s. A seguir, apresenta-se o ponto de situação actual dos processos de alienação.

i. Na Alienação de Participações Sociais ao Sector Privado

Nesta categoria, há oito participações sociais a serem alienadas, das quais sete estão planificadas e uma não está planificada (PINTEX Maputo). No contexto dessa agenda, o processo de alienação de 6,33% da participação detida pelo Estado moçambicano na empresa PINTEX Maputo, S.A.R.L. foi concluído. Enquanto isso, cinco processos (IBC, GEOMOC, Fábrica de Refrigerantes de Gaza, Grupo MADAL e CEPAM) estão na fase de organização da proposta (incluindo a avaliação da participação, fundamentação e produção do memorando de venda), e um processo relacionado à Tipografia Clássica da Beira está na etapa de consideração por entidades superiores.

ii. Na Alienação de Participações Sociais aos GTT´s

Nesta categoria, há um total de seis participações a serem alienadas aos GTT's, das quais cinco foram planificadas. Entre essas, o processo de alienação de 10% da participação detida pelo Estado moçambicano na empresa MOBEIRA, S.A.R.L aos GTT's elegíveis e subscritos foi concluído, alcançando um grau de execução de 16,67% da meta agregada.

As demais participações estão em curso, sendo notável o progresso nos processos da Diário de Moçambique e AUTOVISA, os quais estão na fase final de tramitação.

Dissolução e Liquidação de Empresas

No âmbito da dissolução e liquidação de empresas, foram retiradas administrativamente 35 sociedades, pelos motivos elencados na Tabela 1.

Tabela 1: Motivos da dissolução administrativa de 35 empresas

Situação actual	Empresas	Total
1. Existência meramente jurídica a. Em virtude de o património ter sido vendido na totalidade e o passivo laboral pago; b. Por falta de funcionamento desde a constituição	Companhia de Desenvolvimento Mineiro, S.A (CDM), Regadios e Construções, S.A (Ex- SRBL) e Moagens de Moçambique, S.A. MIRCO Holdings, AS	03 01
2. Extemporaneidade das reclamações creditícias comerciais (sem património e passivo laboral)	CANAM – Companhia Algodoeira de Nampula, S.A; MALER, Lda, SOTIL, S.A; TEXLOM, S.A, IMA – Indústria Moçambicana de Aço, S.A; LOUMAR, Lda; MOZAUTO, S.A, SAMOFOR, S.A; ENIEL, S.A; Projecto Inhassune Ramalhusca, Encatex, S.A (Ex-Encatex, E.E. Sede e Delegação Regional Centro) MOCAJÚ - Cajú de Moçambique, S.A e METRO, Lda.	13
3. Inexistência da empresa devido a adjudicação do bem objecto de privatização por trespasse em que as instalações são pertença da APIE, tendo este retomado o imóvel.	Delegação da Encatex Nacala (Saba Trading, Lda) e Padaria Benfica.	02
4. Reversão judicial do património objecto de adjudicação	PLASMEX, Lda	01
5. Reversão do património objecto de adjudicação	NAMI - Nampula Metalo-Meca e Inv, S.A (Ex-Met. Agostinho dos Santos) e Procaju de Inhambane	02

Devido à complexidade dos processos de dissolução e liquidação das empresas SOGIR, ECMEP's, ALC Leasing e MABOR, as Comissões Liquidatárias serão reactivadas a partir de Janeiro de 2018 para acelerar esses procedimentos.

É importante destacar que o IGEPE tem trabalhado na resolução de questões pendentes de algumas empresas fora da carteira, com destaque especial para a SCANMO e TEXMOQUE.

e) Créditos Resultantes da Alienação de Participações ou Património Empresarial

No que diz respeito aos créditos pendentes resultantes do não cumprimento do plano de amortização, foram identificados seis adjudicatários inadimplentes: TEMPOGRÁFICA, LUSALITE, VIDREIRA e CRISTALARIA, SOMEC, Agro-Alfa e Metalúrgica de Tete, cuja dívida totaliza o montante de 143.389.706,40MT (cento e quarenta e três milhões, trezentos e oitenta e nove mil, setecentos e seis Meticais e quarenta centavos).

Após diligências, quatro empresas (TEMPOGRÁFICA, Agro-Alfa, METALÚRGICA de Tete e LUSALITE) regularizaram as suas obrigações, com um pagamento efectivo de 4.418.279,42MT (quatro milhões, quatrocentos e dezoito mil duzentos e setenta e nove meticais e quarenta e dois centavos). Ademais, a situação de pagamento da Agro-Alfa e da METALÚRGICA de Tete já estava regularizada, totalizando 627.508,70MT (seiscentos e vinte e sete mil, quinhentos e oito meticais e setenta centavos), em virtude da alienação de seus patrimónios.

No caso da Tempográfica, houve uma excepção autorizada pelo Ministro da Economia e Finanças para efectuar o pagamento da dívida do Sr. Osman Nalá, adjudicatário, tanto para com o Estado quanto para com o referido cidadão.

Resta uma dívida total de 137.733.440,00MT (cento e trinta e sete milhões, setecentos e trinta e três mil, quatrocentos e quarenta meticais), com a maior parte atribuída à VIDREIRA e CRISTALARIA, totalizando 130.000.000,00MT (cento e trinta milhões de meticais), enquanto o restante é de responsabilidade da SOMEC. Actualmente, está em curso o processo de negociação para estabelecer a modalidade de pagamento com os adjudicatários.

Adicionalmente, durante o período em análise, foram notificados 16 GTT's que não cumpriram as suas obrigações financeiras com a HIDROMOC, E.E, de modo a liquidarem o valor total da dívida, que totaliza 172.170,56MT. Nesse contexto, 12 GTT's conseguiram liquidar o montante de 126.038,53MT, correspondente ao valor das acções reservadas.

4.2. No Âmbito da Governação Corporativa

4.2.1. Actividades Planificadas

As actividades planificadas comtemplaram as seguintes: coordenar os processos para a realização das Assembleias-Gerais; coordenar o processo de eleição e tomada de posse dos gestores públicos e representantes do Estado; realizar acções de indução aos novos membros dos órgãos sociais; assegurar a implementação das acções de prevenção e combate a corrupção; coordenar a capacitação dos gestores e colaboradores do IGEPE e das empresas participadas, em ética e probidade pública; e dinamizar o processo de elaboração dos códigos de conduta e ética pública nas empresas participadas pelo Estado.

4.2.2. Actividades Realizadas

a) Assembleias-Gerais

No período em análise, foram realizadas 63 sessões de Assembleias-Gerais, das quais 42 foram ordinárias e 21 extraordinárias. Esse cumprimento representa um nível de execução de 142% em comparação com o plano anual. O excesso de cumprimento observado decorreu da realização, no IV trimestre, de Assembleias-Gerais extraordinárias para a adopção dos instrumentos de gestão e estabelecimento de prazos para a prestação de contas, alinhadas com a melhoria dos mecanismos de supervisão e fiscalização das empresas participadas.

No geral, as Assembleias-Gerais ordinárias realizadas cumpriram os seus propósitos ao apreciar e deliberar sobre os seguintes assuntos: relatórios e contas da administração referentes ao exercício económico de 2016, juntamente com as propostas de aplicação de resultados; eleição dos membros dos órgãos sociais; e a distribuição de dividendos por parte de 11 das 43 empresas que realizaram suas Assembleias-Gerais ordinárias.

As Assembleias extraordinárias desempenharam um papel crucial ao apreciar e deliberar sobre: os planos e orçamentos para o exercício económico de 2017; os processos de reestruturação das empresas; alterações pontuais nos órgãos sociais; instrumentos de governação corporativa; adoção de instrumentos de gestão e estabelecimento de prazos para a prestação de contas aos accionistas e entidades fiscalizadoras.

Em relação ao monitoramento da implementação das decisões tomadas nas sessões das Assembleias-Gerais, foi elaborada uma matriz de deliberações que inclui 57 decisões, das quais: 11 foram totalmente cumpridas; 37 estão em andamento e dentro dos prazos estabelecidos; e nove não têm prazos definidos.

Com base na avaliação realizada, sugere-se que, no futuro, os guiões de preparação das Assembleias-Gerais incluam propostas de prazos para a implementação de cada deliberação que envolva acções subsequentes. Além disso, foi recomendado que esses prazos sejam registados nas actas, sendo elementos fundamentais para uma monitoria contínua e eficaz.

b) Eleição dos Gestores Públicos e Representantes do Estado

No período em análise, ocorreu a eleição e tomada de posse de 50 membros dos órgãos sociais, compreendendo seis gestores públicos e 44 representantes do Estado, distribuídos em 19 empresas participadas.

Esta realização reflecte uma taxa de cumprimento de 100% em relação ao planificado. A predominância de representantes do Estado nos cargos decorre da exigência do Código Comercial, que estabelece a eleição anual, em Assembleias-Gerais ordinárias, dos membros dos Conselhos Fiscais.

c) Indução aos Novos Membros dos Órgãos Sociais

Foi realizada uma acção de indução, em que foram abordados e debatidos cinco

temas, nomeadamente: "O Funcionamento da Mesa de Assembleia Geral", "O Papel do Conselho Fiscal", "O Papel do Conselho de Administração" a "Promoção da Integridade e Probidade Pública nas empresas participadas pelo Estado", e o "O Papel do Tribunal Administrativo na Fiscalização das Empresas Participadas pelo Estado".

Participaram desta capacitação 35 novos membros dos órgãos sociais, o que representa um nível de cumprimento de 50% em relação ao plano.

A segunda acção que deveria ter lugar no segundo semestre, transitou para o mês de Fevereiro de 2018, devido ao reduzido número de novos membros que foram eleitos durante este período.

d) Capacitação dos Membros dos Conselhos Fiscais das Empresas Participadas

No contexto do aprimoramento das habilidades dos gestores das empresas participadas, foram capacitados 47 membros dos Conselhos Fiscais durante o primeiro semestre de 2017. O treinamento abordou temas como "Competências e Atribuições do Conselho Fiscal", "O Papel do Conselho Fiscal na Preparação e Verificação do Relatório e Contas" e "O Papel do Conselho Fiscal na Gestão do Risco".

e) Assegurar a Implementação das Acções de Prevenção e Combate a Corrupção

Capacitação dos Gestores Públicos em Ética e Probidade Pública

Com o objectivo de melhorar a ética e integridade nas empresas participadas pelo Estado, foi realizada uma capacitação a 35 Gestores Públicos em matéria de Ética e Probidade Pública. Esta realização representa um grau de cumprimento de 73,3% em relação ao previsto para 2017.

Capacitação dos Colaboradores das Empresas em Ética e Probidade Pública

O IGEPE coordenou a realização de acções de capacitação para os colaboradores de 13 empresas, abrangendo um total de 790 participantes. As empresas envolvidas foram BNI, DOMUS, EMEM, EMOSE, LAM, MCEL, MEDIMOC, Monte Binga, PETROMOC, SMM, STEMA, Sociedade do Notícias e TDM.

No IGEPE, uma acção de capacitação foi realizada para 15 colaboradores envolvidos

no atendimento ao público, com o objectivo de sensibiliza-los sobre a integridade dos servidores públicos. Além disso, 10 formadores das empresas participadas, foram capacitados e actualizados sobre os temas a serem abordados nas respectivas empresas. Essa realização alcançou um grau de cumprimento de 50% em relação ao previsto para 2017.

Divulgação de Informação sobre a Prevenção e Combate à Corrupção

Com o objectivo de ampliar a divulgação de informações relacionadas à prevenção e combate à corrupção, foram instalados cartazes no IGEPE e nas empresas participadas pelo Estado, contendo informações sobre a Lei da Probidade Pública. Além disso, foram promovidas as linhas directas do Gabinete Central de Combate à Corrupção, visando a disseminação eficaz dessas práticas.

Relativamente aos códigos de conduta e ética, cinco empresas aprovaram os respectivos códigos, nomeadamente, BNI, DOMUS, EMOSE, PETROMOC e STEMA.

f) Revisão dos Instrumentos de Governação Corporativa

No período em análise, foram aprovados em sessão das Assembleias-Gerais, os Estatutos de seis empresas, nomeadamente TDM, MCEL, COCA-COLA, MEXTUR, TRANSMARITIMA e CAIC. Foram ainda aprovados os Manuais de Governação Corporativa das empresas DOMUS e LAM.

4.3. No Âmbito de Investimentos

4.3.1. Actividades Planificadas

As principais actividades planificadas na área de investimentos incluíram, mas não se limitaram á: elaborar a Estratégia de Investimentos; capitalizar as oportunidades da reestruturação para definir novas participações; avaliar oportunidades de rentabilizar as participações do Estado, no âmbito da reestruturação; constituir as sociedades (SPV's) dos projectos aprovados; estruturar e capitalizar os projectos imobiliários em carteira; desenvolver parcerias estratégicas e operacionais/Financeiras com o BNI e EMEM; e participar na formação em certificação em "Gestão de Projectos e Microsoft Project"; Excel Avançado e SPSS para Financeiros; e certificação em "Master Financial Modeling Specialist Program".

4.3.2. Actividades Realizadas

O grau de implementação das actividades no âmbito dos investimentos teve um nível de realização de cerca de 94,50%, com destaque para as seguintes acções:

a) Elaborado o documento preliminar da Estratégia de Investimentos, o qual será refinado com base em algumas revisões antes de ser submetido ao Conselho de Administração e posteriormente apresentado ao Conselho Consultivo. Aguarda-se pela aprovação da Lei das empresas do SEE para uma maior abrangência.

b) Feita a avaliação financeira preliminar das 45 empresas da carteira das participações para reinvestimento.

c) Estabelecida e desenvolvida a estrutura organizacional da empresa ROVUMA SEGUROS, SA, cujo foco é a realização de operações de seguros no sector de hidrocarbonetos. No entanto, aguarda-se ainda pela atribuição da licença de exploração.

d) Finalizado o processo de estudos diversos no âmbito de Requalificação da Polana Caniço em parceria com o Conselho Municipal da Cidade de Maputo que culminou com a cedência de 45ha ao IGEPE para a realização de projectos multi-funcionais, no ramo imobiliário;

e) Foi concluído o trabalho de levantamento topográfico do Terreno da KaTembe, estando em curso trabalhos de implementação do Plano de Parcelamento submetido, apreciado e aprovado pelo Conselho Municipal.

f) Elaborado o conceito e o respectivo Plano de Negócio do Projecto conjunto de extrusão de Alumínio.

g) Realizadas acções de certificação dentro do país e participação em fóruns de treinamento intensivo. O processo de certificação dos colaboradores da Direcção de Investimentos está em curso e num estágio avançado. Deu-se início ao curso de Gestão de Projectos e Microsoft Project, além do Excel Avançado, proporcionando um aumento significativo no conhecimento dos colaboradores.

4.3.3. Outras Actividades

a) Participação no processo de estruturação e reestruturação financeira e operacional de novos investimentos em empresas publicas e participadas, com destaque para projectos em que é necessário maximizar a componente sobre o conteúdo local, nomeadamente nas entidades: TVM Internacional; Carteira Móvel; MEDIMOC; LAM, SA.; Mozaico do Indico, SA; Participação no Concurso da TRANSMARITIMA;

b) Avaliado o valor do mercado da Sociedade Moçambicana de Gases Comprimidos, SA (MOGÁS, SA.), Sementes de Moçambique, SA (SEMOC, SA.) e Companhia Industrial da Matola, SA. (CIM, SA.);

c) Realizada uma visita de trabalho a Chókwè com o objectivo de explorar oportunidades de investimento numa área de 1.000 hectares naquele distrito. Paralelamente, foi encaminhado um ofício ao Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM) solicitando a realização de estudos de solos e água na área de investimento identificada. Aguarda-se pela resposta da instituição após o encontro técnico realizado nas suas instalações.

d) Participação na Feira de Negócio Moçambique e Turquia.

4.4. No Âmbito da Administração e Finanças

4.4.1. Actividades Planificadas

As actividades planificadas no âmbito da administração e finanças incluíram: elaboração da Conta de Gerência de 2016; acompanhamento das seguintes auditorias: Ernest & Young (externa); Inspecção-Geral das Finanças (interna); Tribunal Administrativo; Contabilidade Pública; melhoramento do processamento da informação contabilística; cobrança da receita de Dividendos e Alienações e outras receitas próprias; realização das aplicações financeiras; gestão dos planos de pagamento; e análise da execução orçamental.

4.4.2. Actividades Realizadas

a) Elaboração da Conta de Gerência de 2016

No decorrer do período em análise, a Conta de Gerência foi elaborada e submetida à Inspeção-Geral das Finanças para parecer e posterior envio ao Tribunal Administrativo, pra a sua aprovação.

b) Acompanhamento das Auditorias Interna e Externa

No período em referência, foi realizado o acompanhamento dos auditores da Inspeção-Geral das Finanças (IGF), da Ernest & Young e do Tribunal Administrativo (TA), bem como da Contabilidade Pública. Aguarda-se pelos relatórios finais da IGF e do TA, uma vez que o IGEPE respondeu prontamente ao contraditório.

Quanto ao relatório da Ernest & Young, foi submetido ao Ministro da Economia e Finanças juntamente com o Relatório e Contas de 2016 do IGEPE para análise e apreciação.

c) Execução Orçamental

A 31 de Dezembro de 2017, a situação financeira do IGEPE reflecte a seguinte:

A. Receita Total

Análise da Execução Orçamental da Receita Total

A receita orçamentada para o exercício económico de 2017, foi no valor de 554.6 milhões de Meticais. Durante o período em análise, foi arrecadado o valor de 1.221,3 milhões de Meticais, que representa um grau de realização de 220%.

Essa realização acima do previsto foi influenciada pela arrecadação dos dividendos da MOZAL (2016 e 2017), EMOSE, não previstos no orçamento de 2017, além das contribuições da CMH, BIM e STEMA, que excederam as expectativas. Até o momento, 11 das 18 empresas (MOZAL, BIM, DOMUS, Cervejas de Moçambique, CMH, STEMA, BNI, Açucareira de Xinavane, NORSARD, EMOSE e MOZRE) canalizaram os dividendos, enquanto das alienações, foram recebidos apenas os valores da GAPI, GAPIGEST, TTA. SARL, Clássica Comercial, LUSALITE, MOBEIRA e PINTEX Beira e de Maputo. As receitas de juros de depósito referem-se aos juros de depósitos de curto prazo e os de

aplicações a prazo. A rubrica de Outras Receitas inclui a receita proveniente de abates de bens móveis, venda de cadernos de encargos e receitas de devolução das OFAs.

B. Receita do Estado

Análise da Execução Orçamental da Receita do Estado

No período em análise, a receita arrecadada totalizou 832,7 milhões de Meticais, contra os 391,3 milhões de Meticais planificados, o que representa um grau de realização de 213%.

C. Receita do IGEPE

Análise da Execução Orçamental da Receita do IGEPE

Para o ano de 2017, estava prevista uma arrecadação de 163,3 milhões de Meticais. No entanto, o IGEPE já arrecadou 388,6 milhões de Meticais, o que corresponde a uma realização de 238% em relação ao planificado.

A execução da receita acima do previsto, é influenciada pelos seguintes factos: (i) a EMOSE foi autorizada pelo regulador a canalizar os dividendos referentes ao exercício de 2015; a MOZAL canalizou os dividendos de 2016 e 2017, no presente exercício; e a devolução das Operações Financeiras Activas (OFAs) de 2009 desembolsadas pela CMG.

Análise das Aplicações

Para o presente exercício, o IGEPE aplicou a prazo o valor de 65 milhões de Meticais a uma taxa de juro de 20%, e arrecadou até ao momento o valor de 7,8 milhões de Meticais.

D. Despesas do Estado no Domínio Empresarial

Em 2017, nesta categoria de despesa, foi inicialmente planificado o valor de 498,8 milhões de Meticais. Contudo, até o momento, foram efectuados pagamentos das prestações vencidas dos financiamentos obtidos junto do BCI e BNI pelo IGEPE, no valor de 222,6 milhões de Meticais. Isso corresponde a uma realização de 63% das OFAs.

Para a materialização da realização acima referenciada, o IGEPE disponibilizou os dividendos de 2015 e 2016 da sua participação no BNI, no valor de 55,1 milhões de Meticais para o pagamento do valor em dívida das Obrigações de Tesouro.

Até o final de 2017, o Estado desembolsou 234,8 milhões de Meticais para o pagamento do empréstimo do BCI e BNI. Esse desembolso representa uma execução de 47% em relação ao valor das OFAs previsto para o presente ano.

E. Despesas do IGEPE

Análise Orçamental da Despesa do IGEPE

No presente exercício económico, estavam previstas despesas no valor de 181,6 milhões de Meticais. A execução da despesa atingiu 159,8 milhões de Meticais, correspondendo a 88% do previsto.

A execução orçamental da despesa do IGEPE verificada, deve-se ao não desembolso dos fundos no e-SISTAFE na ordem de 21.867.887,55MT, referentes a: Meios de Transporte; Operações Financeiras do IGEPE; Bens e Serviços; e Despesas com o pessoal (salários).

No período analisado, o IGEPE desembolsou 17.906.052,50MT dos fundos próprios para quitar os salários em atraso da extinta ECMEP.

4.5. No Âmbito do Património

4.5.1. Actividades Planificadas

As actividades na área de património incluíram: aquisição de oito viaturas; alienação de 11 viaturas (início dos respectivos processos); inventariação dos bens adquiridos; actualização do imobilizado e respectivas amortizações do IGEPE; e obras de reabilitação de três imóveis do IGEPE.

4.5.2. Actividades Realizadas

a) Aquisição de novas viaturas

(i) Actualizado o Regulamento de Aquisição, Alienação e Utilização de Viaturas do IGEPE;

(ii) Foram adquiridas em 2017, oito viaturas que correspondem a igual número planificado.

b) Viaturas alienadas e em processo de alienação

(i) Concluídos no primeiro semestre dois processos de alienação de viaturas; iniciados em 2016;

(ii) Iniciados em 2017, 10 processos de alienação de viaturas das 11 alienações planificadas.

c) Património do IGEPE

(i) Arrolados e inventariados os bens adquiridos em 2017. Está em curso o lançamento das respectivas fichas no sistema e-inventário. O valor total das viaturas foi de 18.850.000,00MT e o da aquisição de diversos bens e equipamentos foi de 8.274.003,28MT;

(ii) Processo de lançamento e actualização do imobilizado concluído;

(iii) Realizadas e concluídas as obras de reabilitação da casa protocolar sita no Condomínio da DOMUS no valor total de 598.104,90MT;

(iv) Realizadas e concluídas as obras de reabilitação no edifício sede do IGEPE, no valor total de 3.246.351,36MT;

(v) Realizadas e concluídas as obras de reabilitação da casa protocolar sita na Rua de Faralay n.º 76, no Bairro da Sommerschild e orçadas em 9.494.194,52MT.

4.6. No Âmbito dos Recursos Humanos

4.6.1. Actividades Planificadas

Na área dos recursos humanos foram planificadas as seguintes actividades: monitorar a aprovação dos instrumentos de gestão dos recursos humanos; implementar o Plano de Formação dos colaboradores do IGEPE; aprimorar a Assistência Médica dos colaboradores; elaborar o Regulamento Interno do IGEPE; e reintegrar os colaboradores nas carreiras profissionais.

4.6.2. Actividades Realizadas

a) Com a aprovação do Regulamento Interno pelo Conselho de Administração do IGEPE, este foi submetido ao Ministério da Função Pública para a conclusão da apreciação dos Regulamentos de Carreiras e Avaliação de Desempenho, os quais serão posteriormente submetidos à aprovação pelo Ministro da Economia e Finanças.

b) No que diz respeito ao Plano de Formação de 2017, um total de 28 colaboradores foram capacitados em matéria de secretariado e elaboração de documentos, gestão de risco fiscal e modelação financeira e língua inglesa, faltando apenas realizar o curso de Excel Avançado para 10 funcionários. Esta rubrica possui uma execução de aproximadamente 80%.

c) O Regulamento de Assistência Médica foi elaborado e encontra-se em implementação.

d) No último trimestre, concluiu-se que o processo de aprovação do Quadro de Pessoal deverá aguardar pela revisão dos estatutos do IGEPE.

4.7. No Âmbito da Planificação e Desenvolvimento Institucional

4.7.1. Actividades Planificadas

As actividades planificadas no contexto do desenvolvimento institucional inlcuíram: elaborar o Plano de Actividades de 2018; elaborar o relatório de balanço das actividades desenvolvidas no primeiro, segundo, terceiro e quarto tremestes; elaborar o balanço das actividades desenvolvidas no primeiro semestre e terceiro trimestre com o MEF no âmbito do Cenário Fiscal do Médio Prazo (CFMP); e organizar o Conselho Consultivo do IGEPE.

4.7.2. Actividades Realizadas

Nesta componente, foram gerados os seguintes produtos: elaborado o Plano de Actividades para o ano de 2018; elaborado o Relatório de balanço do primeiro trimestre, primeiro semestre e de Janeiro a Setembro de 2017; elaborado o Relatório de balanço do primeiro trimestre, primeiro semestre e de terceiro trimestre de 2017

para o MEF; e realizada a Reunião de Planificação.

a) Plano de Actividades para o ano de 2018

Foi elaborado o Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2018 (PAO-2018), que tem como principais acções estratégicas as seguintes: consolidar o processo de reestruturação do sector empresarial do Estado; investir nas empresas para permitir a sua viabilização e funcionamento; reforçar as medidas de supervisão e controlo das empresas; implementar a nova Estratégia a de Investimentos do IGEPE; propor e acompanhar o processo de aprovação da Lei do Sector Empresarial do Estado (SEE), o Regulamento do SEE, os Contratos de Gestão e a revisão do Código Comercial de entre outros; melhorar a governação corporativa das empresas e implementar os princípios de ética, probidade e medidas anti-corrupção; consolidar o funcionamento do Fórum das Empresas do SEE; e garantir os princípios de planificação Estratégica, Operacional e o Controlo de Gestão das Actividades do IGEPE.

No âmbito do PAO-2018, foram delineadas não só as acções estratégicas, mas também as directrizes para o orçamento anual. Do seu conteúdo são destaques: as perspectivas macroeconómica de Moçambique para 2018 que constituem o embasamento da actividade económica e das empresas; os pressupostos macroeconómicos entendidos como as condições positivas e necessárias para que a execução orçamental decorra conforme descrito; as decisões estratégicas para o sector empresarial do Estado; e a estratégia orçamental que define como foram desenhadas as linhas orçamentais tanto do lado da despesa como do lado da receita.

b) Relatório de balanço do primeiro trimestre, primeiro semestre e de Janeiro a Setembro de 2017

Foram elaborados relatórios trimestrais, semestrais e de Janeiro a Setembro para documentar as actividades realizadas durante os respectivos períodos. Esses relatórios visavam monitorar o cumprimento do Plano de 2017 e fornecer informações para o balanço da Reunião de Planificação.

Além disso, foi preparada e enviada informação abrangendo a situação das empresas em geral, juntamente com as previsões de receitas e despesas do IGEPE para o mesmo período. Esses dados foram fornecidos para subsidiar a elaboração do Cenário Fiscal de Médio Prazo pelo Ministério da Economia e Finanças.

c) Relatório de balanço do I Trimestre, I Semestre e de III Trimestre de 2017 do MEF

Foram elaborados os relatórios trimestrais das actividades desenvolvidas no âmbito do Plano de Actividades e Orçamento (PAO) do MEF. O grau de execução correspondente ao primeiro semestre foi de 85 %.

d) Reunião de Planificação

A Reunião de Planificação do IGEPE ocorreu em 21 de Agosto de 2017, em Maputo, sob o lema: "Sector Empresarial do Estado: Melhorar os Mecanismos de Planificação e de Prestação de Contas para Alcançar a Sustentabilidade". O objectivo da reunião foi aprimorar os mecanismos de planificação, prestação de contas e responsabilização no sector empresarial do Estado. O evento contou com a presença de Sua Excelência, Adriano Maleiane, Ministro da Economia e Finanças.

A. Os objectivos específicos dessa reunião foram:

Compaginar as prioridades do IGEPE com as acções desenvolvidas nas empresas participadas pelo Estado; Entrosar o plano de negócios como outros instrumentos de gestão para a melhoria do desempenho das Empresas Participadas pelo Estado; Consolidar o entendimento sobre a importância e necessidade da identificação e gestão do risco nas empresas; Adoptar uma metodologia para a elaboração do relatório económico-financeiro consolidado das empresas participadas pelo Estado; Adoptar os princípios de elaboração dos instrumentos de prestação de contas e responsabilização dos Gestores Públicos; e Acordar sobre a necessidade de compromisso e cumprimento de prazos legais na prestação de contas às instituições de tutela e de fiscalização.

B. Temas abordados:

A reunião foi substanciada com a abordagem dos seguintes temas: O Plano de Negócios como instrumento de gestão; Contrato de Gestão; Matriz de desempenho dos Gestores Públicos; Processo de elaboração e aprovação do Relatório e Contas do Exercício; Prioridades do IGEPE e impacto nas empresas participadas pelo Estado; Gestão do risco; Relatório económico-financeiro consolidado das empresas maioritariamente participadas pelo Estado; e o Papel das instituições de fiscalização das empresas participadas pelo Estado.

C. Sumário das Considerações Finais sobre a reunião:

A reunião atingiu os objectivos estabelecidos, tendo alcançado os seguintes resultados: Consciencializado os presentes em particular os dirigentes das empresas sobre a necessidade de planificar as actividades tendo em vista o curto e o longo prazo, considerando sempre os objectivos mais gerais do sector empresarial do Estado; A urgência e necessidade da responsabilização sobre as actividades desenvolvidas pelos Gestores Públicos introduzindo os Contratos de Gestão e a Matriz de desempenho; A necessidade de aprovação atempada dos Relatórios e Contas dos Exercícios das Empresas e da realização das Assembleias-Gerais; A necessidade de consolidar as Contas do sector empresarial do Estado e produção do Relatório Consolidado do IGEPE; e A necessidade de as empresas se adequarem aos requisitos das instituições de controle e de fiscalização em particular ao Tribunal Administrativo, Inspecção-Geral de Finanças e Autoridade Tributária.

e) Na Área de Informática

Actividades Planificadas

Aquisição de dois computadores e respectivo Office; aquisição/actualização de um servidor e aplicações; aquisição de um laptop e respectivo Office; aquisição de um Data Show; aquisição de antivírus de Rede (50 usuários); aquisição e configuração de VMwereWorkstation 9; reestruturação da rede estruturada; instalação de um Firewall (VPN); e a Instalação da Fibra Óptica.

Actividades Realizadas

Reestruturação da Rede

O IGEPE pretende actualizar a infraestrutura de cablagem de rede na sua sede em Maputo, substituindo a actual cablagem do tipo UTP CAT 5E por uma do tipo UTP CAT6. Essa actualização visa melhorar o desempenho da rede local de computadores (LAN - Local Area Network).

O edifício possui cinco pisos, incluindo o térreo (R/C), e os compartimentos estão interligados ao Datacenter, localizado no 4º andar, por meio de interfaces de fibra óptica. Foi realizada a substituição completa da cablagem da rede estruturada na parte de dados em todos os compartimentos por uma cablagem CAT 6. Isso resultou na

criação de uma rede Gigabit de alta velocidade, oferecendo uma taxa de transmissão de até um Gigabyte por segundo. Além disso, foram substituídos os switches por switches Gigabit de referência 3750X PoE ou superiores.

O trabalho desenvolvido para melhorar a rede incluiu: instalação dos cabos CAT 6 nos compartimentos pertencente a IGEPE de acordo com o detalhado no projecto; substituição do actual Jack Panel para CAT 6; substituição dos dois bastidores do 1º andar, por bastidores de 24U´s; conectado o DataCenter aos compartimentos do DCM, através de interface de fibra óptica; realizados testes dos cabos CAT 6; realizados testes do sistema de cablagem de rede para aferir a sua velocidade e detecção de eventuais problemas; conectados e testados todos os "access point´s" dos diferentes pisos, por forma a detectar eventuais falhas de transmissão de sinal "Wireless;" executado com sucesso todo o sistema de cablagem; e completada a ligação em fibra óptica desde o fornecedor até ao utente (IGEPE).

Optimização do serviço de *backups*

Foi optimizado o serviço de backup com a aquisição do seguinte equipamento: um servidor de *backup´s* Proliant DL 380 G5; Windows server 2012 R2; Antivírus Macfee 8.8 para servidor; e Software para backup´s.

Aquisição e Configuração de *VMware Workstation*

Uma actividade planificada para 2017 foi realizada como cortesia pela empresa responsável pela reestruturação da rede, que instalou o VMware com uma licença de uso válida por um ano. As outras actividades realizadas e que não tinham sido planificadas incluem: a substituição de cabos de transmissão do sinal da internet/ SISTAFE de cobre para fibra óptica; a transferência de equipamento do SISTAFE; e a aquisição e configuração de impressora em rede para o SISTAFE.

Algumas actividades planificadas não puderam ser realizadas devido à priorização posteriormente feita, associada à limitação de recursos financeiros. No entanto, foram realizadas as actividades fundamentais nesta área para garantir as condições mínimas de trabalho necessárias para todos os colaboradores do IGEPE.

4.8. No Âmbito da Assessoria Jurídica

De Janeiro à Dezembro de 2017, o Gabinete Jurídico (GJ) desenvolveu as suas

actividades, conforme o planificado, tendo cumprido com todas programadas para o terceiro trimestre, como a seguir se indica.

4.8.1. Actividades Planificadas

A. No âmbito da legislação

Assegurar a aprovação da Lei do Sector Empresarial do Estado (LSEE); participar na formulação da legislação complementar à LSEE; e elaborar a proposta de revisão do Estatuto Orgânico do IGEPE;

B. No âmbito da Assessoria

Apoiar na resolução de processos inerentes às diversas Direcções do IGEPE; e prestar assessoria ao Conselho de Administração.

4.8.2. Actividades Realizadas

A. No âmbito da legislação

Foi aprovada pelo Conselho de Ministros a proposta de LSEE e foi submetida por este à Assembleia da República para apreciação e aprovação; elaborada a proposta do Regulamento da Lei do Sector Empresarial do Estado; e iniciada a reflexão sobre a alteração do Estatuto Orgânico do IGEPE nos termos da proposta de LSEE aprovada pelo Conselho de Ministros no dia 29 de Julho de 2017.

B. No âmbito da Assessoria

Conforme planificado, o Gabinete Jurídico apoiou as diversas unidades orgânicas do IGEPE na resolução de processos inerentes à: elaboração de contratos; emissão de pareceres relativo aos processos de alienações; participação nos grupos de trabalho criados para a restruturação do sector empresarial do Estado; emissão de pareceres relativos às petições submetidas ao IGEPE; e elaboração do novo Regulamento Interno do IGEPE.

Ainda como planificado, no âmbito da assessoria, o Gabinete Jurídico participou nas sessões do Conselho de Administração do IGEPE, tendo elaborado: cinco Actas das sessões ordinárias; três Actas das sessões extraordinárias; e duas Actas Avulsas, totalizando 10 no decurso do período em análise.

O Gabinete Jurídico participou igualmente das sessões das Comissões Executivas, tendo apoiado na elaboração das respectivas matrizes das decisões.

Como uma actividade não planificada, porém relevante para a assessoria jurídica, o Gabinete Jurídico avaliou a legalidade do saneamento administrativo da carteira, resultando na retirada de 21 empresas da mesma. O relatório resultante foi submetido ao Conselho de Administração do IGEPE para apreciação e aprovação, e posteriormente encaminhado ao Ministro da Economia e Finanças para homologação.

4.8.3. Petições

No Período em análise, o IGEPE, recebeu um total de 225 Petições, distribuídas nos seguintes termos: Pelouro de Controlo das Participadas (122); Pelouro de Administração e Finanças (58); Gabinete Jurídico (12); e Gabinete da Presidente do Conselho de Administração (33). Do total, 192 petições foram respondidas e 33 estão em processo de análise, o que corresponde a uma taxa de resposta de 85,3%.

4.8.4. Balanço das Decisões da Comissão Executiva

No período de Janeiro a Setembro de 2017, foram tomadas 54 decisões, das quais sete ainda estão em curso ou não foram implementadas, representando aproximadamente 87% de cumprimento e execução.

De Janeiro a Novembro de 2017, foram tomadas decisões que visam a implementação do Plano Anual cujos objectivos estratégicos são: reestruturar o sector empresarial do Estado; investir na carteira actual e em novos projectos estratégicos; melhorar a Governação Corporativa das Empresas do Portfólio; desenvolver o Capital Humano institucional; desenvolver a Legislação do SEE; e melhorar o controlo interno e gestão de risco.

Para alcançar esses objectivos durante o período em questão, foram tomadas decisões concretas e estruturadas nos seguintes termos: decisões de carácter geral; decisões no foro organizacional; decisões no âmbito dos Recursos Humanos; decisões no âmbito do Controlo das Participações; decisões no âmbito da DAF, Aquisições e património; e decisões no âmbito de investimentos.

a) Decisões de Carácter Geral

As principais decisões de carácter geral tomadas no primeiro trimestre e respectivo

ponto de situação foram:

(i) Elaborar e apresentar o relatório anual de actividades de 2016: relatório elaborado e apreciado em sessão do Conselho de Administração de 2017.

(ii) Desenhar um procedimento para o controle de petições de modo a registá-las devidamente e providenciar respostas tempestivas às mesmas: procedimento elaborado e uma matriz de controlo permanente foi desenhada incluindo petições entradas desde Junho de 2016.

(iii) Aprimorar a Lei do Sector Empresarial do Estado: aprimorado o texto da Lei e melhorados os aspectos relacionados com a Tutela e ainda consideradas as experiências de outros países em particular as da Malásia e Singapura no que toca à entidade de controlo das Empresas. Outrossim, a Lei foi aprovada pelo Conselho de Ministros e submetida à aprovação pela Assembleia da República.

(iv) Elaborar ofício a ser assinado pelo Ministro da Economia e Finanças, com a informação de que a Lei não tem nenhum impacto orçamental: Ofício elaborado e assinado para apresentação ao Conselho de Ministros.

(v) Elaborar a proposta de Regulamento, tendo em conta as recomendações da Lei: Esboço do Regulamento elaborado para submissão à apreciação do Conselho de Administração do IGEPE.

(vi) Elaborar um documento de reflexão sobre a nova entidade, que tenha características de uma Holding Empresarial: proposta apresentada, e em curso novas reflexões sobre as características da entidade em formato de Secretaria de Estado, Ministério ou Agência.

(vii) Fazer a avaliação de desempenho do ano 2016 e o primeiro trimestre de 2017. Incluir um campo para os comentários do Administrador bem como para o visto deste após a avaliação: Processo concluído, e feita a avaliação de todos os colaboradores do IGEPE.

(viii) Fazer análise funcional de cada unidade orgânica e inserção dos respectivos procedimentos no documento da Estrutura Organizacional do IGEPE: nova estrutura orgânica elaborada integrando as remodelações recomendadas pelo Conselho de Administração.

(ix) Fazer o cronograma de reuniões que inclua as reuniões de planificação e do Conselho Consultivo, apresentar o que se vai abordar em cada reunião e a proposta de datas.

b) Decisões de Foro Organizacional

(i) Reestruturar a Direcção de Investimentos para que esta responda aos desafios estratégicos do IGEPE: em curso o desenho de uma estratégia de investimentos que irá integrar as formas de actuação da Direcção de Investimentos e do IGEPE como um todo, em relação aos investimentos. Foi nomeada uma nova Directora para a área de investimentos.

(ii) Elaborar o Regulamento Interno do IGEPE, estruturado em artigos, utilizando as informações disponíveis, especialmente aquelas contidas na proposta de legislação do sector empresarial do Estado: Concluído e aprovado o Regulamento Interno do IGEPE pelo Conselho de Administração.

(iii) Desenhar procedimentos para todos os sectores do IGEPE: em fase conclusiva estando em curso a apresentação dos procedimentos de cada sector nas sessões da Comissão Executiva (por considerar algumas insuficiências importantes no processo de elaboração destes instrumentos foi tomada a decisão de retomar o seu aprimoramento em 2018).

(iv) Refazer a Estrutura Orgânica do IGEPE: nova Estrutura Orgânica e respectivo Regulamento Interno aprovados.

c) Decisões no âmbito dos Recursos Humanos

(i) Levar a cabo a avaliação de desempenho dos colaboradores relativa ao ano de 2016: processo concluído e enviado ao MEF para verificação e registo - devolvido ao IGEPE para arquivo; feita a avaliação do primeiro semestre de 2017; melhorada a descrição de funções para se alinhar com o Regulamento Interno e com o Quadro de Pessoal proposto.

(ii) Preparar um módulo de formação para indução dos gestores de portfólio: realizada uma reunião sobre o que deve ser observado no acompanhamento da empresa até à realização das Assembleias-Gerais.

(iii) Fazer uma monitoria eficiente dos pedidos de férias e dispensas para que o ciclo do expediente siga os devidos trâmites e contenha as competentes autorizações incluindo o devido registo e arquivo dos formulários: elaborados novos formulários e os registos estão a ser feitos em conformidade para integrarem todo o ciclo de aprovações e arquivo pelo Departamento de Recursos Humanos.

(iv) O pagamento de horas extras aos serventes, deve apenas ser feito em caso de realização de trabalho aos fins de semana pois estes já auferem o subsídio de isenção de horário que cobre o trabalho fora das horas normais de expediente durante a semana: realizada uma reunião particular com os visados para o esclarecimento deste assunto e foi retirado este pagamento desde o mês de Março.

(v) O Departamento dos Recursos Humanos deve disponibilizar informação a todas as Direcções sobre os regras de concessão de dispensas: elaborada uma circular informando a todos os colaboradores sobre o assunto.

d) Decisões no âmbito do Controlo das Participações

(i) Continuar o trabalho de reestruturação de empresas com base nos grupos de trabalho aprovados no 1º trimestre: TDM e MCEL:

- indicação de um Conselho de Administração único e executivo, constituído por três membros, para conduzir o processo de fusão das duas empresas. Foi feito o diagnóstico preliminar da situação actual das operações das duas empresas e identificados os principais riscos do negócio e das operações. Foram ainda estabelecidas as acções imediatas, nomeadamente: assegurar a operacionalidade da rede e melhorar a relação com os clientes; acelerar o processo de tomada de decisões consoante as prioridades das empresas; rever os processos de negócios das empresas; rever os contratos vigentes; rever a carteira de credores e de devedores; determinar o custo de redimensionamento de pessoal; contratar a entidade fiscal única; e avaliar o património das empresas.

- LAM: em curso a identificação de parceiro estratégico com financiamento para a viabilização da empresa. O parceiro estratégico poderá entrar por via da abertura de capital.

- PETROMOC: início da implementação do Decreto n.º 45/2012, de 28 de Dezembro, permitindo o sistema de fixação de preços de combustíveis em Moçambique o que contribui para o saneamento financeiro da empresa; e reestruturada a dívida com a banca, de curto para longo prazo, permitindo a redução do serviço da dívida e a melhoria da tesouraria. Em curso a identificação de financiamento a taxas de juro bonificadas para viabilizar as importações de combustíveis e melhorar as receitas da empresa; e a revisão do mecanismo de importação de combustíveis para a optimização das infraestruturas de armazenamento e aumento da quota de importação.

- Sociedade do Notícias: reestruturada a empresa com as seguintes medidas: nomeação de um CA executivo de três membros; elaborado o plano de negócios, aguardando-se pela sua aprovação; aprovação do aumento de capital da sociedade; e a cedência das participações do Banco de Moçambique para o IGEPE, passando a deter 99,77%.

- Carteira Móvel: efectuado o diagnóstico para identificação de possíveis soluções para a viabilização da empresa.

- SEMOC, MOGÁS e CIM: iniciada a avaliação da participação do Estado para apurar o valor de mercado, com vista à sua alienação.

- Hotel Cardoso: feita a avaliação da participação pela firma de consultoria Ernest & Young como parte do processo negocial entre os accionistas. Acordado o preço de venda da participação de 25.76% na sociedade por no mínimo 1.790,00 mil dólares norte americanos. Em curso o processo administrativo e legal para a efectivação da venda. De realçar que foi aprovada em sede da AGO a transmissibilidade dos títulos, o que dá espaço à venda dos mesmos a qualquer interessado, mesmo que não seja accionista.

- MEDIMOC: feito um trabalho que envolve: a reestruturação da empresa com vista a sua viabilização envolvendo o saneamento financeiro, a racionalização da mão-de-obra, a reestruturação do modelo de governação e de gestão.

- CAIC: concebido o plano de revitalização do Complexo através da busca de

um parceiro com capacidade financeira e tecnológica para a celebração de contrato de cessão de exploração. Elaborados os termos de referência para a referida cessão.

(ii) Apresentar as contas consolidadas das 45 empresas "sob gestão do IGEPE" até Junho de 2017:

- trabalho realizado numa primeira fase com recurso à ferramenta EXCEL para consolidação de contas das 45 empresas.

- Foi proposta a contratação de uma consultoria para a elaboração final deste relatório.

- Elaborados os Termos de Referência para o Relatório Consolidado e lançado o concurso.

(iii) Harmonizar com o Tribunal Administrativo a necessidade de apoio na elaboração do Relatório Consolidado: Processo de harmonização em curso.

(iv) Rever a gestão de portfolio, devendo a distribuição das empresas ser feita de forma equilibrada pelos colaboradores tendo em conta a importância e posicionamento das mesmas no mercado:

- em curso e alargado o grupo de gestores de portfolio incluindo a reavaliação do agrupamento de empresas para cada gestor.

- redistribuída a carteira tendo em conta os novos gestores.

(v) Elaborar uma fundamentação em relação às empresas por liquidar, apresentando inclusive, soluções administrativas para a resolução definitiva evitando sempre que possível o ónus do processo para o Estado: feito o levantamento, produzido o relatório e em curso a harmonização com a Direcção Nacional de Património do Estado (DNPE) que por sua vez coordenará com as CNAAs dos sectores de tutela;

(vi) Fazer o levantamento de todas as comissões liquidatárias, com a indicação da data de início das actividades e o seu termino/interrupção: levantamento realizado e criadas 12 Comissões liquidatárias que viriam a

ser reduzidas a seis e calendarizada a duração e actividades de cada uma.

(vii) Constituir novas Comissões Liquidatárias: constituídas seis comissões liquidatárias -três das ECMEPs; uma da MABOR; uma da SOGIR; e uma da ALC.

(viii) Os membros das comissões liquidatárias deverão ser remunerados de acordo com o trabalho a realizar. Deve ser apresentada nova proposta de honorários: proposta de novos honorários endossada pela Comissão Executiva do IGEPE.

(ix) Tratar da Escritura Pública de transmissão dos imóveis da SCANMO: em curso o processo de levantamento das escrituras.

(x) Elaborar um modelo/Layout (sistema) para realizar a monitoria das empresas: modelo foi elaborado e está a ser usado para a recolha de informação para o relatório consolidado.

(xi) Verificar o ponto de situação da emissão dos títulos de propriedade da SCANMO junto à Direcção Nacional do Tesouro: feito o levantamento de dois títulos de propriedade dos imóveis a favor do Estado. Falta regularizar o pagamento da siza dos imóveis.

(xii) Convocar Assembleias Gerais da CSM e TREFIL (publicar os respectivos editais) para o encerramento dos processos: feita a convocatória e realizada a Assembleia apenas com o accionista Estado devido à falta de comparência do outro accionista.

(xiii) Identificar e descrever os procedimentos para a alienação, dissolução e liquidação de empresas: procedimentos elaborados e submetidos à aprovação.

(xiv) Rescindir o contrato com o Consultor responsável pela dissolução e liquidação das empresas e identificar outro consultor para dar continuidade do trabalho: rescisão celebrada e adoptada a via de liquidação administrativa.

(xv) Identificar e analisar as 45 empresas da carteira que serão objecto de alienação/retirada do Estado e explicar, com fundamentos, a proposta de

saída, quer sejam empresas rentáveis, quer não rentáveis: realizado e em processo de aprovação.

(xvi) Negociar com o Tesouro, a passagem da titularidade do CAIC para o IGEPE.

(xvii) Fazer levantamento do de todas as casas da TEXTÁFRICA (Chimoio); e o seu ponto de situação: em curso, planificada viagem para Chimoio para o levantamento do património em coordenação com o Presidente do Fundo de Fomento de Habitação.

(xviii) A DAF deve trazer os comprovativos dos valores disponibilizados às Comissões liquidatárias das empresas EMA, TEXLOM e TEXMOQUE para posterior encontro com os presidentes das respectivas comissões: feito o levantamento dos comprovativos dos valores disponibilizados e submetido à apreciação do Conselho de Administração.

(xix) Fazer o levantamento do ponto de situação do processo da MOBEIRA, relativo aos GTT´s: produzido o Memorando do ponto de situação do processo. Encontra-se em curso a elaboração da Minuta de escritura Pública a ser celebrada pelos GTTs e o Estado. Refira-se que o accionista "Seaboard" assumiu em Maio do corrente ano o compromisso de efectuar o pagamento ao Estado relativo à venda de participações de 10% bem como o valor da compensação aos GTTs.

e) Decisões no âmbito da DAF

(i) Apresentar as prioridades para a compra de viaturas no presente ano: processo concluído com a contratação para a compra de oito viaturas para as chefias institucionais.

(ii) Apresentar Comprovativos dos valores disponibilizados às Comissões Liquidatárias das Empresas EMMA, TEXLOM e TEXMOQUE: trabalho já realizado.

(iii) Reestruturar todas as dívidas do IGEPE para que possam estar incorporadas no Orçamento: foi verificada a não viabilidade desta operação pois iria empolar o orçamento do IGEPE.

(iv) Solicitar a Direcção Nacional da Dívida Pública a carta do BEI informando

que está tudo pago sobre a divida do processo MOZAL: trabalho realizado e dividendos de dois exercícios já pagos pela MOZAL.

(v) Sobre os Dividendos, solicitar o comprovativo do valor retido na fonte: das empresas contactadas verificou-se que não houve abertura para a declaração desta informação. Propõe-se que este requisito seja incluído no Relatório e Contas da empresa que é submetido no fim dos exercícios.

(vi) Compilar e circular, todas as constatações apresentadas pelo Tribunal Administrativo, no âmbito do Relatório de auditoria: feita a circulação de informação pelas Direcções envolvidas.

(vii) Elaborar para implementação imediata, o Plano de monitora de Tesouraria semanal: Plano de tesouraria semanal elaborado e aprovado.

(viii) Elaborar e implementar o Plano de gestão do economato: Plano elaborado e em implementação

(ix) Pagar todas as dívidas pequenas relacionadas com os trabalhadores, caso da Metro.

(x) Trazer lista e o ponto de situação, de todas as empresas que declararam dividendos e as que não declararam: lista elaborada e consta do relatório semestral de actividades.

f) Decisões no âmbito dos Investimentos

(i) Elaborar a Estratégia de Investimento do IGEPE: Trabalho em curso. Índice de conteúdo elaborado; e interrompido o trabalho inicial. Novos Termos de Referência elaborados para lançamento de concurso para a contratação de serviços de consultoria.

(ii) Preparar carta para a Coca-Cola, com a posição do IGEPE sobre o aumento de capital social e solicitar uma visita à empresa: realizado.

(iii) Preparar informação para o MEF e MIC sobre a assembleia-geral da Coca-Cola com o posicionamento do IGEPE em relação à proposta de aumento do capital social: expediente tramitado e posição accionista do IGEPE reduzida para 5%.

(iv) Reestruturar a Direcção dos Investimentos para que a mesma responda aos desafios na optimização do desempenho das empresas: nomeada uma nova Directora para a área de investimentos.

(v) Apresentar o ponto de situação do projecto da Polana Caniço: Em curso a busca de parceiros para o desenho do Plano Diretor para o desenvolvimento dos 45 ha do IGEPE; foi realizado um encontro de trabalho com as empresas DOMUS, SA e MozFin com vista a operacionalização de projectos imobiliário nos 45 ha da Polana Caniço A&B.

(vi) Operacionalizar a ocupação dos 5 ha do terreno da Katembe: formado um grupo de trabalho constituído pelos seguintes: Dra. Ana Ponzole, Arq. Judite Veiga e Dr. Timóteo Matosse, para dar continuidade ao processo dos 5 ha da Katembe. Grupo operacionalizado, aguarda-se pelos elementos topográficos recolhidos no terreno pelo Topógrafo; o Topógrafo deve apresentar o trabalho realizado no terreno dos 5 hectares da Katembe até o dia 6 de Março do corrente. Conversações em curso com as populações locais para a demarcação e isolamento do espaço que pertence ao IGEPE para distribuição pelos seus colaboradores.

4.9. No Âmbito das Aquisições

4.9.1. Actividades Planificadas

As actividades planificadas contemplaram, a celebração de 65 contratos pelas várias modalidades de contratação; e o envio de 65 contratos para visto com o Tribunal Administrativo e a UFSA para conhecimento.

4.9.2. Actividades Realizadas

a) Celebrados 65 contratos ate o IV trimestre de 2017 pelas várias modalidades de contratação. Nove (09) contratos transitaram de 2016, o que totalizam 74 contratos.

b) Dos 74 contratos: 57 possuem anotação do TA e foram enviados também a UFSA para conhecimento; nove: contratos enviados ao TA e aguardam pela anotação. Referir que os 09 contratos foram enviados a UFSA para conhecimento; e oito: contratos por enviar ao TA.

5. PERSPECTIVAS PARA O ANO DE 2018

Para o ano de 2018, perspectivam-se as seguintes acções:

a) Garantir o aumento de receitas de capital;

b) Consolidar o processo de reestruturação do sector empresarial do Estado, garantindo que 10 empresas sejam reestruturadas com vista a sua viabilização e sustentabilidade;

c) Reforçar as medidas de supervisão e controlo das empresas e consolidar a sua monitoria através de: recuperação do crédito resultante da alienação de participações ou património; rever os instrumentos de Governação Corporativa face à aprovação da Lei que estabelece os princípios e regras aplicáveis ao sector empresarial do Estado; implementar os modelos de governação conducentes a uma gestão e desempenho eficientes das empresas; adoptar mecanismos de supervisão das empresas e dos gestores; fortalecer o combate à corrupção e promover a cultura de integridade nas empresas participadas pelo Estado; e identificar, estruturar e capitalizar oportunidades de negócio;

d) Identificar potenciais parceiros para a exploração do terreno de 1.000 ha no Chókwè (Gaza);

e) Identificar um parceiro estratégico para exploração do Complexo Agroindustrial de Chókwè – CAIC (GAZA);

f) Avaliar, identificar parceiro e elaborar o projecto executivo para a exploração do ex-terreno da MABOR – 1,7 ha.

g) Realizar consultoria, loteamento e o plano de reassentamento para o Projecto-piloto de Polana Caniço e lançar concurso para selecção do parceiro;

h) Elaborar projecto arquitectónico de reassentamento em Mapulene no âmbito dos 45ha de Polana Caniço;

i) Identificar alternativas de viabilizar o terreno da Katembe (plano pormenor e busca de parceiros);

j) Certificação em "CFA e ACCA" e em "Financial Modelling Specialist Program";

k) Consolidar o estabelecimento de sinergias entre as empresas do Estado (Participadas e Públicas).

RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES

2017

IGEPE

INSTITUTO DE GESTÃO DAS PARTICIPAÇÕES DO ESTADO
STATE SHARES MANAGEMENT AGENCY

Rua de Mukumbura nº 363, Maputo, Moçambique
Tel: +258 21 485 640; +258 21 485 643
Email: inf@igepe.org.mz; www.igepe.org.mz